

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.938 - RS (2019/0324804-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : JOSE EDSON MACHADO SURCEDA  
**ADVOGADO** : ROGERIO APARECIDO FERNANDES DE CARVALHO - RS049578  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL  
**INTERES.** : JOSE EDSON MACHADO SURCEDA  
**ADVOGADO** : ROGERIO APARECIDO FERNANDES DE CARVALHO - RS049578

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por JOSÉ EDSON MACHADO SURCEDA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL. BACENJUD. VALORES. 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. PENHORA.

Estando os valores depositados em conta do CNPJ do empresário individual, presume-se que esses não são destinados ao seu sustento pessoal e de sua família, de modo que não estão revestidos pela impenhorabilidade prevista no inciso X do art. 833 do Código de Processo Civil" (fl. 32e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação ao art. 833, inciso X, sustentando que:

"A decisão interlocutória proferida pelo juízo de primeiro grau deve ser restabelecida, pois representativa da correta aplicação do direito ao caso concreto, com a reforma do acórdão recorrido, que violou a lei federal.

Com efeito, na dicção do art. 833, inciso X, do Código de Processo Civil, são impenhoráveis as quantias depositadas em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos, hipótese ampliada para abranger também aqueles valores depositados em contas correntes ou em fundos de investimento, além de contas poupança, até o limite de 40 salários mínimos, conforme consagrado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: 'é possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em

fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda' (EREsp 1.330.567/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 19/12/2014)'.

De outra parte, tratando-se o recorrente de um empresário individual, há equiparação entre a pessoa física e a pessoa jurídica, na medida em que ausente personalização jurídica desta. O empresário individual não se constitui como típica pessoa jurídica (artigo 44 do Código Civil), havendo confusão patrimonial entre as pessoas física e jurídica. Na lição de Fábio Ulhoa Coelho (Curso de Direito Comercial, Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 442/443):

(...)

Desse modo, não importa que o valor bloqueado tenha sido encontrado em conta corrente vinculada ao CNPJ do recorrente, já que o CNPJ cumpre simples função cadastral das pessoas jurídicas no Brasil, não tendo o efeito de emprestar personalidade jurídica ao empresário individual; logo, torna-se irrelevante, para fins da abrangência da impenhorabilidade do art. 833, inciso X, do Código de Processo Civil, se o valor foi encontrado na conta corrente vinculado ao CNPJ (empresário individual) ou de seu CPF (pessoa física), já que há confusão jurídico-patrimonial entre as duas.

Como bem pontuou a decisão interlocutória do juízo de primeira instância 'a firma individual não tem personalidade diversa e separada da de seu titular. Ambos, firma individual e seu titular são uma única pessoa, com um único patrimônio e uma única responsabilidade patrimonial perante a administração fazendária'

(...)

Ocorre que a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) é obrigatória quando uma pessoa física pretende exercer atividade empresarial - não obstante, a inscrição do empresário individual no CNPJ não tem o condão de criar uma personalidade jurídica. De fato, o empresário individual se trata de uma pessoa física que é equiparada à pessoa jurídica para fins fiscais. Portanto, ainda que a constrição tenha afetado valores depositados com base no CNPJ do executado, tal constrição não atingiu patrimônio de pessoa jurídica - e sim de pessoa física”.

E o entendimento recente do STJ firmou-se no sentido de aplicar interpretação extensiva à regra de impenhorabilidade do art. 833, inciso X, do CPC, com o propósito de resguardar reservas de capital poupadas, e não apenas os depósitos mantidos em caderneta de poupança: (...) Reveste-se, todavia, de impenhorabilidade a quantia de até quarenta salários mínimos poupada, seja ela mantida em

papel-moeda;

em conta-corrente; aplicada em caderneta de poupança propriamente dita ou em fundo de investimentos, e ressalvado eventual abuso, má-fé, ou fraude, a ser verificado caso a caso, de acordo com as circunstâncias da situação concreta em julgamento (inciso X do art.649). (...) (STJ, 2ª Seção, REsp 1230060/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 13/08/2014, DJe 29/08/2014)

Portanto, deve ser reformado o acórdão recorrido, pois violou a lei federal – art. 833, inciso X, do Código de Processo Civil - e restabelecida a decisão interlocutória do juízo de primeiro grau" (fls. 45/47e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido este recurso por violação ao dispositivo de lei federal supracitado, para reformar o acórdão recorrido, reconhecendo-se a impenhorabilidade dos valores bloqueados na conta do recorrente, consoante a decisão do juízo de primeiro grau, condenando o recorrido aos ônus de sucumbência" (fl. 47e).

Contrarrazões a fls. 54/56ee.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 59e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela UNIÃO, contra decisão que deferiu o pedido de liberação de parte de valores bloqueados via sistema BACENJUD realizado em conta bancária do CNPJ do devedor (ora recorrente), ao argumento de que não cabe ao juiz, de ofício, determinar a liberação da importância penhorada pois compete ao executado demonstrar, no caso concreto, que os valores bloqueados da sua conta bancária está revestido de impenhorabilidade.

O Juízo a quo deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto, daí a interposição do presente Recurso Especial.

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que:

"Pois bem, a impenhorabilidade prevista no inciso X do art. 833 do CPC (limite de 40 salários-mínimos) visa a manter os valores necessários ao sustento do próprio devedor e de sua família, ou seja, verbas de caráter alimentar.

Por sua vez, embora a parte agravada seja empresário individual - o qual não constitui pessoa jurídica (art. 44 do Código Civil, a contrario sensu) - **observe que o bloqueio realizado na origem foi efetivado em conta bancária do CNPJ do devedor (cf. evento 61 do processo originário), caso em que tais valores não são**

**presumidamente para o seu sustento pessoal e de sua família, pois, do contrário, estariam depositados em conta bancária do seu CPF.**

Daí conclui-se que os valores bloqueados via sistema Bacenjud não estão revestidos da impenhorabilidade prevista no art. 833, X, do CPC, conforme já decidido por esta Segunda Turma em casos semelhantes " (fl. 35e).

Da análise do quanto acima consignado, **verifica-se que as razões do Recurso Especial não impugnaram o fundamento central adotado pela Corte de origem para dirimir a controvérsia.**

De fato, a parte recorrente limitou-se a manifestar seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, apresentando fundamentos relacionados à possibilidade de interpretação extensiva da regra da impenhorabilidade constante no art. 833, inciso X, do CPC/2015, sem, contudo, demonstrar que referida interpretação abrangeria, também, os casos em que se envolve a penhora de valores depositados em conta corrente vinculada ao CNPJ de empresário individual, valores esses que, consoante entendimento do Tribunal de origem, não estão revestidos de impenhorabilidade pois não são valores presumidamente utilizados para o sustento pessoal.

Assim, o recorrente adotou razões recursais dissociadas da fundamentação do acórdão objurgado, deixando de impugnar especificamente seus fundamentos, pelo que incidem na espécie, por analogia, as Súmulas 283 e 284 do STF.

Nesse sentido, destaco:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. NOMEAÇÃO E POSSE. PRESCRIÇÃO. **FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF.** LITISPENDÊNCIA. PEDIDOS DIVERSOS. INÚMEROS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF.

1. 'A indicação de violação de dispositivo legal que nem sequer foi debatido pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação dos enunciados n. 282 da Súmula do STF e 211 da Súmula do STJ.' (AgRg no AREsp 609.946/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 27/08/2015).

2. **'A falta de combate a fundamento suficiente para manter o**

**acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.'** (AgRg no REsp 1507662/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015) 3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.170.131/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 19/10/2015).

Não obstante o quanto acima exposto, o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que **"o bloqueio realizado na origem foi efetivado em conta bancária do CNPJ do devedor (cf. evento 61 do processo originário), caso em que tais valores não são presumidamente para o seu sustento pessoal e de sua família, pois, do contrário, estariam depositados em conta bancária do seu CPF"** (fl. 35e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora